

CARVALHO AGUIAR e ANA SOFIA
CARVALHO AGUIAR.

PROCESSO Nº 34 093/80 - JACQUELINE ALICE LEONIE EVARAERT e
MONIQUE LORETTE MARIA EVARAERT.

PROCESSO Nº 30 779/81 - HASSAN EL BASSIS e FADWA EL BASSIS

PROCESSO Nº 31 519/81 - MARIA FIGUEIRAS

PROCESSO Nº 32 139/81 - HUGO FRANCISCO AMIGO CARTAGENA;
HILDA PAULINA PINO ZUÑIGA, CLAUDIA
CONSULELO AMIGO PINO e FRANCISCO
JAVIER AMIGO PINO.

PROCESSO Nº 34 393/81 - FEDERICO ANTONIO AMORY

PROCESSO Nº 35 205/81 - JOÃO GIL RODRIGUES LORETO

PROCESSO Nº 36 341/81 - GIUSEPPE RINALDI

PROCESSO Nº 36 731/81 - CRISTOPHER JONH BALLENTYNE; JACK
PIERS BALLENTYNE; JOANNA CLAIRE
BALLENTYNE e PHYLLIS ANN BALLENTYNE.

PROCESSO Nº 0 15/82 - MARIA BLANCA VILLALBA GIMENEZ ZARDETTO.

PROCESSO Nº 173/82 - MARIA ELISABETE RIBEIRO GOMES

PROCESSO Nº 197/82 - JOSÉ CARLOS REYES RAVENNA

PROCESSO Nº 233/82 - HARTMUT HANS LUDWIG KRUGMANN e
GABRIELE KRUGMANN

PROCESSO Nº 783/82 - FRIKA KATHE MILLY TURNER

PROCESSO Nº 11 939/82 - BRUCE ARTHUR BLESSINGTON; MARIE
ROSE BLESSINGTON e SCOT DOUGLAS
BLESSINGTON.

PROCESSO Nº 16 101/82 - CHUN HUNG

PROCESSO Nº 16 221/82 - MARIA FERNANDA MONIZ e JOÃO VALÉRIO
MONIZ FRANCO.

PROCESSO Nº 16 227/82 - RUBEN HUMBERTO BERNES; FELICIDADE
BASILIO DA CÂMARA DE ABREU BERNES.

ANTONIO FERREIRA

Permanência definitiva e retificação de nacionalidade
de portuguesa para norte americana deferida pelo Sr. Diretor-Geral.

PROCESSO Nº 42 978/78 - JORGE FRAGA RODRIGUES

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO

AHMAD SAYAH
Proc. MJ 22 083/79

Determino a expedição de novo certifi-
cado de naturalização, do estrangeiro AHMAD
SAYAH, ficando em consequência cancelado e de
nenhum efeito o extraviado.

DFJ/DG, 25 de maio de 1982

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO
Diretor-Geral

Retificação do despacho publicado no Diário Oficial da União de
24 de maio de 1982, Seção I, página 9392.

Permanências definitivas deferidas pelo Sr. Diretor de Divisão.

Onde se lê:

PROCESSO Nº 15 512/82 - NUNO DE GONZAGA VIERA DE CASTRO
DUARTE.

Leia-se:

PROCESSO Nº 15 471/82 - NUNO DE GONZAGA VIERA DE CASTRO
DUARTE.

ANTONIO FERREIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 24 DE MAIO DE 1982.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o parecer do Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, formulado em face da necessidade de amparar o trabalho no sistema prisional nacional,

R E S O L V E aprovar o mencionado parecer, constante do Processo-MJ-Nº 01992/81, que deverá ser encaminhado ao DEPEN para a elaboração de estrutura da pessoa jurídica a ser instituída.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

ATA DA 21ª REUNIÃO DO CONSELHO
NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 26.04.82

Às dez horas do dia vinte e seis de abril de hum mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, FRANCISCO DE ASSIS SERRA NO NEVES, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e RENÉ ARIEL DOTIT. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colegiado que a aprovou pela unanimidade dos presentes. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Egrégio Conselho sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre vinte e dois de março a onze de abril último. Naquela oportunidade de transmitiu cumprimentos ao Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, pela brilhante colocação que alcançou em recente concurso realizado na Universidade de São Paulo, e, ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, por seu saudável retorno ao convívio do CNPP. A essas manifestações, somaram-se o apreço de todos os Senhores Conselheiros. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTIT que, referindo-se a solicitação contida em expediente oriundo do ROTARY CLUB de Ponta Grossa e outros Clubes de Serviço daquela localidade que postularam "medidas governadoras" para o problema da "depravação dos jovens" e "desagregação da família", votou pelo encaminhamento desse expediente ao Gabinete do Exmº Sr. Ministro da Justiça, tendo em vista a extensão genérica do assunto e as limitações do CNPP no âmbito da política de prevenção da criminalidade quanto às normas e diretrizes para atenuar os males da questão penitenciária. Ainda com a palavra, transmitiu ao Conselho a sua preocupação com o reatamento de rebeliões no Sistema Penitenciário Nacional, demonstrando assim a necessidade de providências que possam atenuar esses embaraços. Nesse enfoque sugeriu que fossem baixadas resoluções que atendessem a essa emergência, condicionando se possível, a distribuição de verbas, apenas aos estabelecimentos que estejam apresentando serviços de acordo com as Recomendações Básicas do Ministério da Justiça e as Regras Mínimas da O.N.U. Colocada a matéria em discussão e após ponderações dos Senhores Conselheiros JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES quanto aos riscos de possíveis extremismos nessa medida, e, finalmente, à vista do vasto relato em que o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA demonstrou a forma que o DEPEN recentemente adotou para distribuição de verbas, estas condicionadas à situação emergencial dos Estados e não à carência financeira, ocorrendo desembolso, somente após as inspeções promovidas por equipes interdisciplinares daquele Departamento, que visam primordialmente à aplicação da filosofia da nova política penitenciária, quer quanto aos aspectos de interação humana e quanto às condições físicas dos estabelecimentos visitados. Além disto informou o relator que se encontra em andamento, a implantação de moderno Sistema de Comunicações nos estabelecimentos que o carecem e que foram inspecionados. E, quanto as rebeliões recentemente ocorridas, por determinação Superior, informou que deverá convocar, quando necessário, os Senhores Coordenadores do Sistema nos Estados, que, certamente esclarecerão os fatos. Do presente relatório e da proposição emitida pelo Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTIT, resultou o ato que se segue, redigido pelo Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, previamente aprovado pelo Colegiado. " RESOLUÇÃO Nº 010, de 26 de abril de 1982. - O CONSELHO NACIONAL